



História Cultural

VII Simpósio Nacional de História Cultural

HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO NA VILA DE PARANAPIACABA

Marco Alexandre Nonato Cavalcanti*

PARANAPIACABA

Situada na cidade de Santo André, no topo da Serra do Mar, representando 48% da área do município. Paranapiacaba, que na linguagem indígena significa “local de onde se vê o mar” está a uma altitude de 796 metros ao nível do mar e a cerca de 64 quilômetros da capital paulista. Essa fatia do território de Santo André está em sua totalidade inserida em área de proteção de mananciais, sendo um espaço importante para a preservação de reservas naturais.

Lá existe um valioso acervo tecnológico que mostra a importância ferroviária e exemplo de uma arquitetura e urbanismo particular e avançado para o período que foi implantado. A empresa São Paulo Railway foi responsável pela construção de uma das principais ferrovias da final do século XIX, que ligava o interior de São Paulo ao porto de Santos. A vila de Paranapiacaba surgiu nesse cenário e foi dotada de três núcleos

* Possui graduação em História pela Universidade de Santo Amaro (2013) e graduação em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo (2010). Possui especialização em Gestão Escolar pela Universidade Cidade de São Paulo (2012) e cursa especialização em Educação de Jovens e Adultos pela Organização Educacional Barão de Mauá (previsão de conclusão no primeiro semestre de 2015). Mestrando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em História Social com projeto ligado a Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente é professor de educação infantil da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história, patrimônio histórico e artístico e literatura.

urbanos: Vila Velha (ou Varanda Velha), Vila Martin Smith (ou Vila Nova) e Parte Alta (ou Morro), as quais foram implantadas em momentos distintos e desenvolvidas de formas diferentes, entre 1860 a 1946. Paranapiacaba possuía uma moderna infraestrutura na qual não sendo havia algo semelhante à época no Brasil, sendo um pioneirismo na construção de uma cidade empresarial projetada. Uma estrutura urbana para exploração mercantil, em que os ingleses exerceram, simultaneamente, influência econômica e cultural, impondo um modo de vida paternalista, sendo uma amostra de tecnologia e padrão de urbanização ingleses introduzidos no Brasil.

A estrutura do local se caracteriza por uma ocupação do solo com traçado regular e marca a presença inglesa por meio da implantação padronizada das casas de madeira em conjuntos geminados com recuos que possibilitavam jardins, ainda incomuns no Brasil do início do século XX. A hierarquia social e corporativa dos funcionários da São Paulo Railway se definia pelas singularidades das construções: o tamanho do lote e da edificação definia a situação hierárquica mencionada (CRUZ, 2007).

A São Paulo Railway desenvolveu um programa com diversas atividades sociais e de lazer integrado por uma infraestrutura urbana adequada, um plano de uso e ocupação do solo, além de condições sanitárias satisfatórias devido à preocupação em construir instalações externas ao corpo principal da casa.

Ao longo dos séculos XIX e XX a moradia operária passou a ser almejada, projetada e construída por higienistas, filantropos, industriais, empresários, engenheiros e arquitetos. Baseava-se nas noções de higiene, e nas ideias de racionalidade e economia convertendo a habitação em fundamento para um novo modelo de trabalhador e família proletária (apud CRUZ, 2007). A casa funcionava como instrumento de atração e fixação, contribuindo para incorporar valores tais como a importância de um "habitat higienizado" e disciplinado, que supunha a implantação de serviços e equipamentos de saúde, educação e lazer, associados ao bem-estar, disciplina e hierarquia.

A fixação dos trabalhadores na Vila de Paranapiacaba se fazia por meio de um sistema semelhante aos das cidades fabris inglesas; equipava-se o local com toda infraestrutura necessária, para que não houvesse necessidade do trabalhador se deslocar para fora do núcleo evitando contatos externos, e servindo para um maior controle social e político.

A Vila de Paranapiacaba, com mais de um século de existência, passou por diversas transformações, principalmente com a ampliação da capacidade da malha ferroviária no final do século XIX, para desta forma atender o aumento da demanda. Por sua localização estratégica foi então considerada importante ponto na rota e corredor de circulação para escoamento de quase toda a produção para exportação e importação de São Paulo, o que impulsionou seu desenvolvimento, sendo necessários mais funcionários para a operação do sistema, e também pelo aumento de usuários do sistema férreo, ajudando ainda mais para o desenvolvimento da economia local.

Mas com o término da concessão e a falta de um acordo os empresários ingleses e o Governo brasileiro no final da década de 1940, a ferrovia e todo seu patrimônio ficou sob a administração da União. Em 1947, com a inauguração da Rodovia Anchieta que ligava a capital paulista ao litoral por meio automotivo, a Vila de Paranapiacaba sofreu um forte impacto, e faz a economia local decrescer devido ao declínio das operações ao longo do eixo central da ferrovia.

Já em 1957, com a criação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) por Juscelino Kubistchek para a administração de toda a malha ferroviária do país, ocorreu nova mudança de nível gestor. Mais recentemente, em 1996 o transporte de passageiros é extinto e a ferrovia passa a ser explorada em regime de concessão para transporte de carga pela empresa da iniciativa privada da área de logística.

Estas mudanças impactaram diretamente a Vila de Paranapiacaba, devido à redução da circulação de carga pelo eixo ferroviário, a conseqüente redução do número de operários residentes, mitigando as oportunidades de trabalho e diminuindo o público circulante. Foram então ocasionadas transformações do perfil socioeconômico, devido às interferências na economia local e a evasão de várias famílias, pois funcionários foram demitidos pela companhia ferroviária ou partiram em busca de melhores condições de emprego e moradia (MORETTO, 2005).

Em 1987, depois de vários anos de abandono e degradação, seu patrimônio cultural e natural passa a ser reconhecido e tombado pelo CONDEPHAAT. Ocorreu o mesmo em 2002 pelo IPHAN e em 2003 pelo COMDEPHAAPASA, que é o órgão municipal voltado ao patrimônio cultural.

A Prefeitura de Santo André criou em 2001 a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, como forma de implantar um modelo de gestão municipal descentralizada e administrar as especificidades da região de Paranapiacaba.

A partir de 2002, com a compra da Vila pela prefeitura, foi possível dar início ao programa de Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável de Paranapiacaba, intensificando o processo de recuperação desse patrimônio brasileiro, compreendido e administrado como paisagem cultural.

Em 2003 é elaborado o "Plano Patrimônio" (Prefeitura Municipal de Santo André, 2003) consiste no documento que gerou ações significativas para alcançar os fins apontados. Esse plano conduziu uma ação fundamentada na ideia de preservação do conjunto arquitetônico total, de forma a garantir a intensificação da visitação turística, ao implantar pequenos comércios em várias casas, comércios que deveriam ser geridos por moradores locais.

O PLANO PATRIMÔNIO

No ano de 2002 a Vila de Paranapiacaba foi vendida por cerca de dois milhões e meio de reais pela RFFSA à Prefeitura do Município de Santo André. O município ao assumir a gestão implantou uma série de políticas e projetos públicos para o restabelecimento de um poder central articulador e formação heterogênea do conjunto da população, com o objetivo de preservar a qualidade dos mananciais e do patrimônio histórico, artístico e cultural da Vila de Paranapiacaba. A compra da Vila de Paranapiacaba não significa uma melhora da mesma, pois uma empresa continua proprietária da linha férrea Santos-Jundiaí, o que não faz resolver questões sociais do caso, pois os trens de passageiros não chegam mais até a vila, o que dificulta a vida dos moradores locais. Em novembro de 2001, quando os trens metropolitanos da CPTM, funcionavam com viagens até Paranapiacaba em diferentes horários, passaram a seguir somente nos fins de semana e um ano depois, houve a suspensão total do trem de passageiros para a vila.

O Plano Patrimônio nasceu da necessidade de mudança de alguns paradigmas, apostando em que as ações deveriam ter como alvo o desenvolvimento local, a sustentabilidade e a participação comunitária. É possível sugerir que o Plano insere-se na perspectiva do "marketing do lugar" que, segundo Vargas (1998), envolve a criação de

uma imagem ou venda do ambiente para turistas, procurando atingir objetivos políticos sociais e econômicos; porém a utilização dos mecanismos de "marketing do lugar" deveriam somente funcionar como instrumento de apoio para o alcance dos demais objetivos estabelecidos.

Esse plano foi estruturado em três etapas: implantação, qualificação e formalização dos empreendimentos e empreendedores. Porém, somente em 2003, foi sistematizado e elaborado um diagnóstico dos atrativos turísticos e potenciais produtos, criada a logomarca turística de Paranapiacaba e diversos programas de incentivo à fixação dos moradores e à inserção da população local ao programa de turismo (como exemplos, os programas "Portas Abertas", "Fog & Fogão", "Bed and Breakfast" e o "Atelier-Residência"). Pode-se dizer, segundo Harvey (1989), que neste momento o poder local desprivilegiou sua posição de gestor e assumiu posturas de empreendedor.

Não significa que haja uma relação direta, mas é observado que no mesmo período da implementação do Plano também existe uma ação de esvaziamento demográfico da Vila, o que se verifica através de residências abandonadas, e conforme dados apontados pelo IBGE que em 2000 a população da Vila era de 1418 habitantes, enquanto o levantamento de 2010 apontou 921 habitantes (IBGE, 2010). Vale ressaltar a opção dos moradores de buscarem fontes de renda nas cidades mais próximas, além de demonstrar que as ações empreendidas na vila não foram suficientes para impulsionar um desenvolvimento local sustentável.

Esse fato sinaliza que a Vila de Paranapiacaba reflete nos dias de hoje um tratamento incompleto e superficial do patrimônio como motor do desenvolvimento e promotor de uma relação mais consistente entre cidade e sociedade. A não complementação e a não efetivação do processo de desenvolvimento sugere uma prática de transformação urbana pautada, como evidenciada por Hobsbawn (1997), por uma "invenção da tradição", ênfase na valorização do passado e da memória pela evidência de alguns de seus símbolos.

Verifica-se uma compreensão do patrimônio como imagem ou simulacro urbano, a partir de interpretação da vitalidade urbana nos moldes da "sociedade do espetáculo" (DEBORD, 2007), e da cultura compreendida no âmbito do consumo, privilegiando a aparente preservação e transformação de usos.

Tendo em vista o entendimento do patrimônio cultural de maneira a enfatizar sua interdisciplinaridade, é possível analisar de maneira crítica as intervenções que acompanharam a execução do Plano Patrimônio. Várias delas, de natureza pontual, foram caracterizadas como ações de preservação e restauro em toda a Vila, a exemplo da Casa Fox que pertenceu aos dois mais importantes engenheiros da época. Estes edifícios fazem parte do conjunto de casas selecionadas em lei como imóveis representativos de cada tipologia arquitetônica e designados como "Exemplares de Tipologias Residenciais". O objetivo foi destacar o valor documental e cognitivo do projeto ou construção original, sem que fossem modificados, permitindo assim que nos demais imóveis de uso residencial e comercial fossem realizadas intervenções sem descaracterização conforme normas do tombamento.

Estes edifícios foram também destinados à visitação pública e, por isso, passaram a abrigar espaços expositivos que compõem o roteiro do "Circuito Museológico". Com base na concepção de "Museu a Céu Aberto", a história da Vila passou então a ser exposta na casa de tipologia C, conhecida como "Castelinho".

O patrimônio natural foi exposto junto ao Centro de Visitantes do Parque, em um exemplar de Casa de Engenheiro. O patrimônio humano foi então apresentado na Casa da Memória, um exemplar da casa Tipo A (para famílias pequenas de operários). O patrimônio arquitetônico e urbanístico que fundamentou a ação se encontra documentado no Centro de Documentação de Arquitetura e Urbanismo (CDARQ), em um conjunto de casas Tipo E (para operários menos graduados).

A política patrimonial se concentrou em conjugar a preservação e desenvolvimento local com a busca do desenvolvimento do potencial turístico local. A Vila Ferroviária de Paranapiacaba, juntamente com seu entorno mostram essa potencialidade, mas ainda necessita de um olhar mais sensível à causa. É possível exemplificar ao observar as pequenas casas originais dos operários ferroviários que funcionam atualmente como restaurantes para atender a demanda turística, mas sem grandes estruturas para receber visitantes ou se aproveitar desse potencial. Mas continua sendo o caminho escolhido pela prefeitura de Santo André ao promover o desenvolvimento socioeconômico da Vila. Pode-se observar que no inverso dos números da população local, os dados sobre o turismo na região respondem com um crescimento relevante. Em 2002 foi concluída a primeira medição da visitação turística anual, totalizando 41 mil visitantes. Em 2008 esse número saltaria para 250 mil.

De 2005 a 2008, em complementação ao Plano Patrimônio, foi desenvolvida uma segunda etapa do Plano, com a criação do Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos e a Certificação 5º Patamar, oferecendo aos moradores e possíveis empreendedores diversos cursos ligados aos temas de educação ambiental, educação patrimonial e educação para o turismo.

E preocupada com a preservação do patrimônio, a Prefeitura Municipal de Santo André aprovou, em dezembro de 2007, a Lei Municipal no. 9.018, instituindo a Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba (ZEIPP) que articula diretrizes de preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento urbano, econômico e social. Foram levantados durante os debates dessa lei, problemas estruturais de desenvolver uma lei municipal atendendo às prerrogativas do Estatuto da Cidade, da legislação ambiental (nacional, estadual e municipal) e ao mesmo tempo dos tombamentos nas três esferas de governo.

Com a ZEIPP, a Vila de Paranapiacaba foi dividida em quatro núcleos de planejamento: Parte Alta, Parte Baixa, Ferrovia e Rabique e estabeleceu um zoneamento criando áreas de prioridade residencial e priorizou determinadas áreas para atividades comerciais e turísticas.

A lei também gerou algumas polêmicas entre os moradores. Um exemplo seria uma zona que seria criada para atividades noturnas, servindo como uma zona “boêmia”. Embora seja uma forma de atividade que vise um desenvolvimento local, os moradores contestam essa ação, pois o local não possui essa característica, sendo lá um lugar em que há a predominância do silêncio, névoas e tranquilidade.

Também definiu o uso habitacional dos imóveis da Parte Baixa em cinquenta por cento. Além disso, foram criados novos parâmetros urbanísticos para ocupação dos lotes, taxa de permeabilidade, níveis de incomodidade por emissão sonora e diretrizes de incentivo para a preservação das edificações.

Esta lei se preocupou, ainda, em determinar a elaboração e implantação de planos e projetos específicos, tais como: o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável, o Plano de Melhoria do Saneamento Ambiental, o Projeto de Energia Elétrica e Iluminação Pública e Programa de Prevenção e Combate a Incêndio.

Em atendimento a ZEIPP, em 2007, o Plano Patrimônio foi revisado com base em suas diretrizes, gerando o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável (PDTUR),

que reavalia os atrativos e segmentos turísticos a serem priorizados na Vila de Paranapiacaba, assim como propôs um plano de infraestrutura turística, articulado às diretrizes urbanas de preservação estabelecidas em lei, um plano de comunicação e um plano operacional (FIGUEIREDO, 2010).

A busca por um equilíbrio entre preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento socioeconômico é um desafio que deve ser constantemente debatido e estudado. Assim, deve-se observar que o patrimônio histórico, artístico e ambiental deve ser sempre tratado não somente como um bem a ser preservado, não somente como o detentor de uma identidade local ou de expoente de um passado remoto, mas também como recurso ao desenvolvimento sustentável de seus moradores e da cidade. Desta forma, temos que nos atentar para políticas efetivas em que os moradores dessas localidades se sintam realmente parte transformadora e empreendedora desse espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, Thais Fátima dos Santos. Paranapiacaba: a arquitetura e o urbanismo de uma vila ferroviária. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos –USP, São Carlos, 2007

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. 1ª reimpressão Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 1, 2010, Campinas e Jaguariúna [São Paulo], Brasil. Anais. Campinas [Brasil]: Conpadre, 2010. 20p. Disponível em: www.conpadre.org. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HOBBSAWM, E. J. org. A invenção das tradições. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em 01 setembro de 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN. “Patrimônio Cultural”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>. Acesso em 01 de setembro de 2014.

MORETTO Neto, Marco. Protagonismo comunitário em Paranapiacaba: o impacto das ações governamentais no desenvolvimento socioeconômico e comunitário de Paranapiacaba, no período de 2001 a 2004. Dissertação (Mestrado em Administração). IMES, São Caetano do Sul, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Plano Patrimônio Paranapiacaba: converter a história em futuro. Santo André, 2002.

_____. Vila de Paranapiacaba. Disponível em <http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/paranapiacaba>. Acesso janeiro de 2014.

_____, Memorial da ZEIPP -Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba. Santo André. Prefeitura de Santo André, 2005

_____, Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Paranapiacaba. Santo André. Prefeitura de Santo André, 2008

VARGAS, Heliana Comin. Turismo e Valorização do Lugar. São Paulo: Revista Turismo em Análise, vol. 9, 1998. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labcom/produtos/1998_vargas_turismovalorizalugar.pdf

